

Governabilidade corre riscos

por Cezar Faccioli
do Rio

Governabilidade, entendida prioritariamente como a capacidade de encaminhar mudanças: esta é a um tempo a principal tarefa política e o maior temor do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) com relação ao quadro político no governo Fernando Collor de Mello. Cardoso discorda da adesão ao governo do PRN, de quem teme uma "pressão populista baseada em medidas de impacto" junto à massa desorganizada, incapaz de sustentar o governo por muito tempo.

Citado insistentemente entre os nomes capazes de conferir uma plumagem social-democrata ao governo Collor entre os integrantes do ninho dos "tucanos", Cardoso descarta a participação no governo, mas teme os reflexos da atitude intransigente que identifica não apenas no PDT e no PT, mas potencialmente em toda a sociedade civil, "que pode não distinguir a oposição legítima da resistência a mudanças".

O Congresso, lugar por excelência do conflito e da divergência, seria o "locus" ideal para a ampla negociação de um programa de reformas capaz de superar o impasse entre Executivo e Legislativo. "A nova Constituição ampliou o poder de Veto do Congresso, não sua responsabilidade na gestão da economia e da política, o que foi agravado pela postura do governo José Sarney, de trabalhar através de medidas provisórias", argumenta.

O reconhecimento da negociação parlamentar, a

partir da nomeação de um ministro especificamente para este fim com peso no Palácio do Planalto, seria o antídoto ideal para as duas tentações que Cardoso identifica em Collor: a imposição do consenso e o recurso exclusivo à legitimidade eleitoral. "A eleição tem, por si, enorme força legitimadora, mas não assegura viabilidade política às ações do Governo. A autoridade legítima só ganha eficácia pelo desempenho", argumenta.

Submetida à crítica permanente dos opositores e da mídia, pelo menos na avaliação do senador paulista, os projetos de impacto não teriam o fôlego imaginado pela equipe de Collor para iniciativas como a "Operação Pega-Ladrão". "O governo que buscar todo o tempo o consenso irá dopar a si mesmo: o próprio resultado eleitoral mostra que se uns ganham outros perdem", adverte.

Para o senador, o desejo de mudanças era mais óbvio na candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem apoiou no segundo turno, e que teria "a cara mais rude e sofrida das maiorias excluídas". Collor, com todo "o perfil de classe dominante", apareceu aos olhos do "povão" como alguém "capaz de romper com tudo o que está aí em matéria de poder e privilégio". "A vontade de mudar superou a polarização entre 'conservadores' e 'progressistas' discutida no segundo turno", argumenta Cardoso.

"Esta forte expectativa de mudança ricocheteará como um raio na cabeça do presidente e se não encontrar fio-terra (governabi-

lidade para as reformas) esturricará as tenras raízes redemocratizadoras", adverte.

Cardoso quer que as elites de poder (e, em especial, as econômicas), passado o susto das eleições, tirem delas as lições necessárias: "Se quem votou em Collor queria mudanças, quem votou em Lula quer mudanças rápidas e profundas no plano sócio-econômico".

A contradição entre o desejo de mudança que Collor expressou e os apoios (não apenas votos) recebidos por ele é uma preocupação do ex-líder do governo Sarney no Congresso. "Cairá o presidente na arapuca maniqueísta ou ousará, de fato, ouvir o ronco-surdo daqueles que formaram a maioria de seus eleitores, os deserdados da terra?", pergunta. Em caso afirmativo, resta a dúvida sobre a atitude sobre a reação dos detentores da riqueza e do poder que, "queira Collor ou não", formam sua base de sustentação política diante das "pesadas perdas" inerentes não apenas ao processo de estabilização mas à própria ampliação dos direitos trabalhistas e sociais.

Mais do que da atitude de Collor e dos que o sustentam, contudo, cabe à classe política como um todo a responsabilidade pela consolidação democrática, "preocupação hoje comum aos que combateram ou serviram o regime autoritário". Cardoso sustenta ainda que o Congresso tem-se mostrado capaz de uma agenda própria de reformas capazes de minorar a dívida social.

O senador aponta como prioritárias a política salarial, a educação (em especial o ensino básico) e a reforma agrária. No que toca aos salários, a simples continuação da lei atual do salário mínimo, garantindo ganhos reais a intervalos regulares, já produziria mudanças profundas. "As centrais e sindicatos, mais influentes nas faixas salariais superiores ao mínimo, cuidariam de garantir a hierarquia salarial e teriam como freio ao corporativismo a situação geral da economia", advertiu, lembrando que "mesmo com tanta grita dos empresários a economia está sendo capaz de progressiva e rapidamente absorver os novos direitos trabalhistas, como o turno de seis horas e a licença-maternidade de 120 dias".

Assegurada a disposição em negociar de parte a parte, temas como a reforma agrária poderiam ser desideologizados, garantindo-se o assentamento de milhares de famílias por ano. No plano educacional, a recuperação das finanças do Estado geraria os recursos necessários à massificação.